

UNEMAT Editora

Editor: Agnaldo Rodrigues da Silva

Revisor: UNEMAT Editora

Diagramação: Ricelli Justino dos Reis

Capa: Ricelli Justino dos Reis

Unemat Editora

Online - 2014

Revista História e Diversidade/Expediente:

Coordenadores /Organizadores: Osvaldo Mariotto Cerezer

Marli Auxiliadora de Almeida

Renilson Rosa Ribeiro

História e Diversidade [recurso eletrônico] / Revista do Departamento de História. Cáceres: UNEMAT Editora. Vol. 5, nº. 2, (2014), 239 p.

Modo de acesso:<<http://periodicos.unemat.br/index.php/historiaediversidade>>Semestral.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader (ou similar).

ISSN 2237-6569

1. História. 2. Diversidade Cultural.

CDU 94+304.4 (05)

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário Luiz Kenji Umeno Alencar/CRB1 2037

Os conceitos, as informações e as afirmações contidas em cada capítulo são de inteira responsabilidade do(s) autor (es) que assina (m) o texto.

UNEMAT
Universidade do Estado de Mato Grosso



UNEMAT Editora

Av. Tancredo Neves, 1095 - Cavanhada -

Cáceres - MT - Brasil - 78200000

Fone/Fax 65 3221-0000 - www.unemat.br -

editora@unemat.br

Revista



Dossiê: Ensino de História e História da Educação: caminhos de pesquisa (Parte 2)

APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA A SELEÇÃO DE EDIFICAÇÕES URBANAS COMO FONTES HISTÓRICAS PRIMÁRIAS: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA A PESQUISA EM HISTÓRIA

Ivan Ducatti

Pós-doutorando pelo Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)

E-mail: ducattivan@gmail.com

RESUMO: As edificações urbanas podem ser abordadas não apenas pelo seu caráter estético e cultural, mas como resultados de obras humanas, trabalhos concretos, em um conjunto de relações sociais passíveis de serem analisadas e escolhidas pelo historiador. Para tal análise, vale-se de uma apropriação teórica que se constrói a partir de uma crítica, em que não se perdem as dimensões das relações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio material, fonte histórica não escrita, história social.

ABSTRACT: Urban buildings can be addressed not only for their aesthetic and cultural character, but as a result of human works, concrete works, in a set of social relations that can be analyzed and chosen by historians. For such analysis, researchers must be endowed by a theoretical approach constructed from a critical view, in order not to miss the dimensions of social relations.

KEYWORDS: Material patrimony, Non-written historical sources, social history.

Do povo oprimido nas filas, nas vilas, favelas
Da força da grana que ergue e destrói coisas belas
Da feia fumaça que sobe, apagando as estrelas
Eu vejo surgir teus poetas de campos, espaços
Tuas oficinas de florestas, teus deuses da chuva
(Sampa – Caetano Veloso)

Introdução

Visando ampliar as perspectivas e possibilidades da pesquisa histórica sobre o patrimônio histórico cultural material, enquanto fonte primária não escrita, aquele representado por edificações urbanas – residências, presídios, hospitais, indústrias, etc. –, consideramos que as edificações (isto é, os artefatos, que se expressam como determinações simples da enorme dimensão monumental que é uma cidade) são fontes históricas inesgotáveis para a apreensão da pesquisa histórica. E, por tal razão, podem ter seu uso alargado pelo historiador, na busca incessante do conhecimento, o que proporciona nesse ofício, pelo menos, duas conquistas básicas em termos gnosiológicos: em primeiro lugar, as edificações – para além do seu caráter estético e cultural – apresentam a possibilidade de se apreender com profundidade as relações sócio-históricas que então se configuraram por intermédio do momento de sua própria produção (na dimensão do trabalho concreto); em segundo, ao entrarmos na

dimensão dessas relações na construção e produção, entramos também em contato com sujeitos históricos que, mesmo que já tenham sido conhecidos em outros planos de suas inúmeras interfaces enquanto objetos de estudo, desvendam diuturnamente o caráter ontológico da contínua transformação da natureza, objetivadas na formação social do ambiente urbano, reflexo da moderna forma de ser, desigual e combinada, no modo de produção capitalista.

Nesse sentido, o que escolhemos para aprofundar nosso trabalho parte do pressuposto de que este é uma parte do processo de humanização, produto do trabalho, que contém elementos estéticos, artísticos e sociais vários, determinados por um determinado período histórico. Além disso, concordando com Funari (1988), cujos trabalhos objetivam a construção da arqueologia histórica, percebe-se que a questão da gestão do patrimônio tem sido deixada, por longo tempo, dentro do bojo teórico da arquitetura, que tem se preocupado majoritariamente com a edificação urbana da elite, o que faz com esta atividade sofra inúmeras avaliações críticas por parte tanto de arqueólogos como de historiadores.

Em matéria do jornal O Globo¹, de 28.06.2013, do Rio de Janeiro, é possível ilustrar um pouco acerca do fato de que as edificações urbanas populares têm sido de grande interesse para a pesquisa acadêmica, em especial para a arquitetura, que vê as comunidades como potências urbanísticas em transformação, gerando uma cidade mais rica culturalmente, uma vez que se torna factível observar que tal arquitetura popular permite ao cientista social captar, por intermédio das manifestações estilísticas contidas nas moradias populares, a base da vida das pessoas comuns.

Ademais, com novos projetos de revitalização em centros urbanos atualmente, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, em virtude mesmo dos megaeventos culturais e esportivos que se engendram, surge uma real possibilidade de a Academia repensar e reproduzir o contexto histórico da formação da cidade, uma vez que vários têm sido os materiais arqueológicos que se despontam – principalmente na zona portuária (canhões, cemitérios de escravos, bases de edificações, etc.) – e que nos têm dado mais dimensões acerca da história não só da urbe, mas do Brasil como um todo, pois o que se vê com esses testemunhos materiais é o reforço narrativo de uma ordem escravocrata.

Nesse sentido, o patrimônio possibilita reconstruir parcialmente rupturas que a relação tempo, espaço e memória coletiva (LE GOFF, 1982; HALBWACHS, 2009) nem sempre é capaz de conservar. Desde o início dos anos 1980, tem-se observado uma crescente preocupação com a temática que envolve o patrimônio, principalmente no tange às questões da memória, do presentismo, da museologia e também em relação às políticas públicas sobre a conservação e planejamento urbanos, chegando até mesmo à construção de uma história das paisagens e meio ambiente. O patrimônio se impôs como a categoria dominante, englobante, senão devorante – em todo o caso

1 *Arquitetura popular brasileira: inventário da informalidade* criado por escola suíça vê comunidades como potências arquitetônicas (pp. 1-2).

evidente – da vida cultural e das políticas públicas. Em suma, a partir dos estudos sobre o patrimônio, podemos constituir novos testemunhos, de qualquer dimensão: o passado, por mais que coletamos seus rastros, sempre será parcialmente projetado; nesse sentido, a quantidade de evidências está diretamente relacionada com a qualidade dessa tentativa de transposição de ações humanas no tempo.

Assim, as fontes históricas oriundas de elementos arquitetônicos, que também podem ser classificadas no bojo daquilo que conhecemos como patrimônio, não são meros elementos ilustrativos do processo de reconstrução da história, pois

o patrimônio material protegido pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), com base em legislações específicas é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2008).

Os elementos arquitetônicos são depositários de memórias históricas, cuja elucidação só se realiza a partir da inquirição do historiador, prática elementar do ofício desse profissional; como afirma Bloch (2002), seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específico para tal emprego. Quanto mais a pesquisa se esforça por atingir os fatos profundos, menos lhe é permitido esperar a luz, a não ser dos raios convergentes de testemunhos muito diversos em sua natureza. À medida que os remanescentes são desvelados, quando da observação e análise de sua estrutura – por intermédio da qual se desenrola o tempo histórico, pelas técnicas de construção ou pelo próprio estilo arquitetônico –, ou indiretamente, quando sujeitos que vivenciaram tais fontes dão seus depoimentos sobre suas experiências, mais uma camada do passado contido nesses remanescentes se revela, podendo corroborar fatos incontestes, ampliando a visão sobre os mesmos, ou contar versões de fatos cuja materialidade se encontrava contraditória ou insuficiente para sustentá-las.

Quando se analisam os fenômenos do processo de crescimento das metrópoles brasileiras, em termos sócio-históricos – o que pode ser entendido no contexto dos fenômenos de ajustes espaço-temporais (HARVEY, 2005), percebemos uma série de movimentos humanos que se constituem como elementos fundamentais da formação de uma determinada cidade. Inumeráveis fenômenos despontam nesse processo: novas e constantes intervenções urbanísticas da arquitetura; inversões

de capitais; políticas de preservação patrimonial; migrações regionais; processo de favelização derivado das contradições inerentes do modo de produção capitalista; crescimento urbano não planejado; aumento exponencial do exército de reserva de força de trabalho; precarização do trabalho expresso na construção civil; inadequação de transporte público; insuficiência e falta de investimento em serviços públicos em geral; crescimento econômico de uma ínfima parcela da sociedade (fortalecimento de elites econômicas e políticas); problemas ambientais diversos ocasionados pela falta de estrutura de saneamento básico; higienização de bairros; problemas de segurança e de habitação; etc. Enfim, a lista de fenômenos, por intermédio dos quais se expressam novas e velhas relações sociais – o que tende a levar a movimentos sociais e populares diversos pela superação das precárias condições de vida e de trabalho –, refletem, no nível do funcionamento de uma cidade, as várias formas de comportamentos sociais, culturais, políticos e econômicos, historicamente condicionados por esses mesmos movimentos. Mas, como esses fenômenos não são sempre aparentes, a busca do entendimento e conhecimento da vida social em um determinado meio urbano exige um verdadeiro trabalho de investigação. Esta investigação ocorre por intermédio das diversas manifestações humanas – materiais e imateriais. Reafirmamos, assim, que as edificações, como acima mencionadas, são essas fontes de pesquisa que também devem ser utilizadas, metodologicamente, pelo historiador. Podem e devem fazer parte de seu ofício.

O patrimônio não se limita a obras de arte e grandes monumentos públicos e privados. Ele também inclui, por exemplo, o tecido social de uma cidade, como já apontamos, o que significa a sua dimensão sócio-histórica. A cidade coloca o mundo da história e traz para o presente o legado de gerações mortas e de suas heranças imortais. Os monumentos e o espaço público solicitam complicados esquemas interpretativos (BRESCIANI, 2002); no entanto, as relações travadas pelos seres humanos em suas diversas e antagônicas classes sociais, a partir da perspectiva de classe e ideologia que o historiador venha a assumir, podem ser codificadas pelos elementos simbólicos de que os monumentos e edificações são formados, o que permite tornar não tão complicados esses esquemas interpretativos. A história não se expressa apenas nas cidades, mas nelas percebem-se possibilidades de ação mais complexas, uma vez que as presenças coletivas dos agentes sociais foram e são mais amplas e mais intrincadas. Ainda segundo Bresciani (2002), a experiência de viver em cidades, no plano da subjetividade, configura antes de tudo, uma superposição não tão ordenada de camadas de lembranças – nem todas vividas como experiências nossas, mas tornadas nossas pela transmissão dessas memórias esparsas. Mais uma vez, reitera-se a perspectiva do historiador em assumir o tipo de memória social que se pretende resgatar, reconstruir, analisar. E esse exercício nos remete ao tipo de patrimônio que pretendemos que seja escolhido, lido e registrado, não só nos manuais de teoria de história, mas na prática cotidiana do pesquisador que necessite lançar mão de edificações como fonte primária.

Destaca-se, assim, que o patrimônio torna-se, nessa perspectiva, para além

de uma coletânea de acervos já preservados ou a serem preservados, uma forma de visualizar, perceber e observar múltiplas relações sociais, que se expressam por movimentos solidificados em edificações, praças, parques, estátuas, etc. Mas essa possibilidade de apreender esse movimento só é dada a partir do momento em que o levantamento patrimonial é realizado por quem tem um determinado interesse político de destacar, ocultar ou refutar tais memórias que esses monumentos em si carregam e por elas são construídos. O tipo de interesse político está diretamente conectado ao tipo de consciência que se propõe desvelar dos agentes históricos. Inicialmente, duas possibilidades de consciência estão em processo quando da seleção de patrimônio. Uma diz respeito à leitura que se deve fazer do monumento a ser analisado – quais relações que se desejam despontar a partir da estética, da técnica de construção, dos símbolos, das metáforas, etc. –; outra se refere aos legados arquitetônicos e artísticos que podem ser elencados: o nível de comprometimento a uma determinada classe social de um determinado agente histórico – elemento de subjetivação inerente ao cientista social – é fator determinante para se aferir quais fontes podem ser consideradas como ponto de partida de estudo dessa determinada classe. O patrimônio reflete, por intermédio da expressão dos monumentos históricos, das paisagens arqueológicas, dos conjuntos arquitetônicos urbanos ou rurais, as evidências tangível e intangível das histórias e das culturas das diversas sociedades. Porém, atentamos para o fato de que sociedade é um termo abstrato se não considerarmos as classes e a divisão social do trabalho, bem como as relações que se travam no interior de uma determinada sociedade.

O patrimônio é um bem social, porque essa expressão é resultante de poder político e econômico: é a materialização do predomínio de uma determinada classe dominante (exploradora, possuidora dos meios de produção social do trabalho) sobre uma classe dominada (explorada, não possuidora desses meios). Alguns se deterioram, alguns se conservam, alguns já se encontram perdidos. As ameaças ao patrimônio se avolumam: poluição, guerras, urbanização não planejada, turismo descontrolado, ou, em outras palavras, contra o patrimônio age, com ferocidade, o próprio metabolismo destruturante do capital e inerente a este. Mas, não se deve menosprezar a ameaça ideológica e de classe à deterioração patrimonial, que se reflete quando não ocorre operacionalidade ou criação de políticas e práticas para o mapeamento e análise de um determinado patrimônio potencialmente expressivo para evidenciar a história das classes exploradas. Materialmente, uma edificação pode até ser bem conservada de acordo com os critérios institucionais (em geral expressos pelas Cartas Patrimoniais da Unesco), mas a aplicação de uma perspectiva elitista sobre o processo histórico dessa fonte significa incorrer na parcialidade da história, e no abandono de boa parte dela.

No que tange à preservação do patrimônio, aquilo que se quer preservar não são apenas objetos, mas seus sentidos e significados; aquilo que confere sentidos ao bem tangível é intangível. A preservação não constitui em si patrimônio, porém é parte desse processo, incessante. É necessário que o patrimônio a ser conservado, como prática social, tenha um remetente e um destinatário e estes reconheçam e agreguem

valores para que o patrimônio possa ser partilhado. O remetente é aquele que dá sentido ao patrimônio, aquele que o considera como uma fonte histórica, uma fonte de memória ou simplesmente um elemento arqueológico que são a expressão de inúmeras relações sociais não perceptíveis num primeiro plano. O destinatário é o educando, o pesquisador, o ser que busca conhecimento, o futuro portador de um legado sócio-cultural, que possa reconhecer o ser social, que possa identificar o conhecimento como produto histórico e em movimento. Retornamos ao ponto sobre o qual a preservação do patrimônio deve, antes, tornar-se uma atuação política. Mas o tipo de política pela qual se pretende lutar tem a ver com a história do sujeito que se quer resgatar. Nossa perspectiva é do sujeito que produz e reproduz a riqueza humana, então social, cuja consciência sobre a sua própria atividade transformadora e humanizadora – o trabalho – no atual modo de produção (capitalista) lhe é estranha.

Patrimônio e historiografia

Do ponto de vista estritamente historiográfico, o patrimônio é uma fonte histórica primária, pois trata-se de um monumento, de uma expressão iconográfica, de uma linguagem, cujo tempo histórico imprime suas características estéticas, dando-lhe sentido e significado. Mais ainda, como já enfatizado, o patrimônio é a expressão de relações sociais, portanto, ele é histórico. O campo de estudo do patrimônio pertence, não exclusivamente mas enfaticamente, aos domínios da história. Seu interrelacionamento com outras instâncias das ciências sociais – o que é positivamente válido –, do ponto de vista teórico-metodológico, deve objetivar o enriquecer da pesquisa histórica em si. O conceito de patrimônio, quando de seu esmiuçamento analítico, nos remete, todavia, a questões que concernem a lutas intestinas, em plano simbólico, de uma determinada sociedade; o que vai além do plano meramente estético, artístico e linguístico. Dessa produção, advém um resultado de acervos mnemônicos, também resgatáveis pelo historiador.

No campo da memória, então, a preservação do patrimônio cultural implica noções de valor e perigo, pois a tentativa de valorizar o bem para evitar o perigo de sua destruição é algo desejável para que se consiga o prolongamento da vida social por intermédio do bem cultural. É o reforço contínuo da existência da memória. A memória quando analisada e compreendida em suas múltiplas relações sociais torna-se ferramenta imprescindível para a história, e para o processo de consciência. A memória é um depositário do ser social, do coletivo. Assim, é compreensível que a destruição seja mais que um perigo que ameaça a sobrevivência do ente material; a destruição é a ameaça para o próprio ser social que se objetiva em formas palpáveis, reais e idealizadas, cujas formas se expressam nos inúmeros artefatos.

O patrimônio é uma fonte historiográfica, porque possibilita uma articulação do passado com o presente. Para Hobsbawm (1998), as fontes mais atraentes são aquelas que simplesmente registram ações que devem implicar certas opiniões e quase sempre resultam da busca de alguma maneira de formular uma pergunta já na cabeça do historiador. A conjugação presente/passado não poderia prescindir do patrimônio.

Afinal, o passado “deve ser claramente uma seleção particular de infinidade daquilo que é lembrado ou capaz de ser lembrado”². No entanto, vale destacar que nem sempre a cultura material pode ampliar satisfatoriamente as evidências que o historiador procura encontrar; o patrimônio se constitui como uma fonte primária, uma cultura material com múltiplos enigmas a serem decifrados, que podem corroborar a pesquisa histórica, mas isso não significa ter em mãos a chave mestra para todas e quaisquer lacunas históricas. Como qualquer fonte, o patrimônio tem avanços e limites que devem ser explicitados, caso contrário, corre-se o risco de tornar esse instrumento um fetiche. Exemplo disso pode ser encontrado nas pesquisas acerca da sociedade etrusca. Segundo a historiografia clássica, pouco se conhece da origem dessa cultura e organização societária, apesar de haver uma coletânea expressiva de sítios arqueológicos – em especial com inúmeras urnas funerárias – principalmente na região da Toscana, Itália, formando um riquíssimo patrimônio. E as referências escritas antigas codificadas são basicamente latinas (especialmente legadas por Heródoto), uma vez que o alfabeto etrusco ainda não foi decifrado. Assim, sobre a origem desses povos, sua herança arqueológica não tem possibilitado conhecer a gênese de suas primeiras formações na península itálica.

Historicamente, sobre o desenvolvimento do patrimônio no Brasil, vale destacar os bens “de pedra e cal” (expressão para patrimônio cultural material) ideologicamente conservados, confirmando a tese dos “fatos memoráveis” e “de excepcionais valores” são os monumentos vinculados às experiências vitoriosas da elite branca, aqueles vinculados às experiências vitoriosas da religião católica, aqueles vinculados ao Estado (palácios, fortes, fóruns). Segundo Oliven, Mario de Andrade propôs, em 1936, um projeto de lei em que também fossem incluídos, no patrimônio brasileiro, os falares, os cantos, as lendas, as magias, a medicina e a culinária indígena. Mas Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Cultura, optara pelo patrimônio edificado, numa visão mais elitista de arte e cultura, com o conseqüente tombamento de igrejas barrocas, casas-grandes e outras formas de pedra e cal.

Também são conservados e preservados os grandes feitos das elites econômicas, tais como fazendas, sobrados urbanos, fábricas. Mais uma vez, podemos afirmar que a preservação do patrimônio está intimamente ligada à preservação da memória histórica que se pretende manter, conservar e se fazer conhecer.

Hoje, superada a opção de Vargas/Capanema pela simples “pedra e cal”, podemos remeter-nos a avanços na preservação de patrimônios culturais para além do material, quando torna-se possível registrar o imaterial, ou intangível. Por intermédio do Decreto 3.551/2000, criou-se o Instituto do Registro³, que não se trata

2 HOBBSAWM, Eric. Sobre história. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

3 “Os bens selecionados para registro serão, à semelhança dos bens tombados, inscritos em livros denominados, respectivamente, Livro de registro de saberes (para registros de conhecimentos e modos de fazer); Livro de celebrações (para as festas, os rituais e os folguedos); Livros das formas de expressão (para a inscrição de manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas); e Livro de lugares (destinado à inscrição de espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas)”

de um instrumento de tutela e acatamento análogo ao tombamento, o qual visa à identificação e à produção de conhecimento do bem imaterial, como um equivalente documental (SANT'ANNA, 2003). Porém, como já afirmamos no início deste texto, limitar-nos-emos aos patrimônios materiais.

Porém, tanto para os bens tangíveis como para os intangíveis, para que haja a preservação de bens culturais, torna-se necessária a criação de estruturas políticas para o desenvolvimento de tal empreitada – ou, numa perspectiva social e política não mercadológica, trata-se de construir, ampliar e manter as políticas sociais para o patrimônio público fora do escopo da ordem neoliberal. O que é socialmente produzido deve ser socialmente compartilhado. Numa sociedade em que a superação do Estado ainda não é uma realidade, cabe a essa instituição, em nome da coisa pública e de seu respectivo erário, garantir o legado cultural de seu povo. Assim, percebe-se que a atuação em nível de políticas públicas não deixaria de ser um momento conflitante, de múltiplos interesses antagônicos, para a causa da preservação de legados históricos. Mas há alguns avanços no Brasil. No quadro do legalismo institucional varguista, por intermédio de uma vanguarda intelectual chamada para produzir a brasilidade moderna, chamamos a atenção para uma experiência brasileira de monta, que é a existência institucional e política do IPHAN. Conforme o portal eletrônico e oficial do órgão⁴:

O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em 13 de janeiro de 1937 pela Lei nº 378, no governo de Getúlio Vargas. Já em 1936, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, preocupado com a preservação do patrimônio cultural brasileiro, pediu a Mário de Andrade a laboração de um anteprojeto de Lei para salvaguarda desses bens. Em seguida, confiou a Rodrigo Melo Franco de Andrade a tarefa de implantar o Serviço do Patrimônio. Posteriormente, em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O Iphan está hoje vinculado ao Ministério da Cultura.

O IPHAN, desde sua formação, contou com a participação de importantes intelectualidades, nomes como Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade estiveram presentes no desenvolvimento de tal instituto.

A necessidade de conservação dos bens culturais, em nível ideológico, para a elite governante, está ligada à formação da nacionalidade e, fundamentalmente, do fortalecimento político do Estado-nação. Se retrocedermos ao século XIX podemos pinçar um outro exemplo de formação ideológica para a garantia espacial e política do Império, com a criação do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), em 1838, no Rio de Janeiro. Fora também um esforço intelectual de mapear o país, através

(SANT'ANNA, 2003).

4 www.iphan.gov.br. Acesso em: 28 jun 2008.

da geografia, e de historiar a gênese da nação brasileira para a elite em poder. Enfim, o esforço de criar elementos institucionais ideopolíticos que respaldem popularmente a existência do Estado brasileiro ocorre em várias gerações políticas.

Ainda mencionando o IPHAN, “técnicos foram preparados e tombamentos, restaurações e revitalizações foram realizadas, assegurando a permanência da maior parte do acervo arquitetônico e urbanístico brasileiro, assim como do acervo documental e etnográfico, das obras de arte integradas e dos bens móveis”⁵. Num primeiro momento, a preocupação em conservação de patrimônio estava diretamente ligada à manutenção de edificações. O acervo arquitetônico levou professores e autoridades da Europa, a partir do final do século XIX, a debates sobre conservação, restauração, proteção, intervenção, reconstrução e revitalização de imóveis. Conforme Pellegrini Filho (1999), nesses debates, podiam ser observadas duas correntes de opinião: uma que propunha colocar o monumento em sua unidade estilística de origem, e outra que optava pelo caminho de conservar todas as mudanças pelas quais o imóvel passou, pois, além de manter seu valor artístico, o imóvel passaria a ser também um testemunho histórico-social de mudanças.

O conteúdo programático de uma restauração de um meio ambiente artificial, que não se limita a um bem arquitetônico, inclui várias observações e estudos da paisagem natural, da paisagem histórica, da metodologia de conservação, de museologia, de aerofotogrametria, de legislação e de como proceder a utilização de edifícios antigos. Esse meio ambiente artificial também é composto de inscrições pré-históricas, de sítios arqueológicos e seus objetos, de peças de valor etnológico e de arquivos e coleções bibliográficas. Esse tipo de patrimônio cultural, em nível internacional, conforme orientação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), pode ser agrupado, conforme a Carta Patrimonial de Paris de 1972, da seguinte forma (PELLEGRINI F.º, 1999):

- Monumentos: obras arquitetônicas, de escultura, pinturas, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, cavernas com valor excepcional do ponto de vista da história, arte ou ciência;
- Conjuntos: grupo de construções de valor universal;
- Lugares: sítios arqueológicos.

Como ilustração sobre os encontros/debates internacionais sobre patrimônio, temos:

- Tratado sobre proteção de bens móveis de valor histórico, da OEA (Organização dos Estados Americanos), realizado em Quito – Equador, em 1967, de bens de antes e depois da ocupação da América por colonizadores europeus, intitulado “Normas de Quito”;
- Recomendação de Avignon, França, 1968, que considera que as mudanças sócio-econômicas aceleradas no atual momento do modo de produção capitalista demandam maior necessidade de preservação dos testemunhos das civilizações passadas;
- Colóquio de especialistas europeus sobre a Convenção de Haia, de 14.05.1954, para

5 www.iphan.gov.br. Acesso em: 28 jun 2008.

a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado, realizado em Zurique – Suíça, em 1969, em que se discutem as técnicas de salvaguarda em situações beligerantes;

- Reunião técnica sobre identificação, proteção e vigilância do patrimônio arqueológico, histórico e artístico, realizada em São Paulo, em 1972, em que se recomenda que a proteção do patrimônio deve ser função do Estado, devendo esse coibir o comércio ilícito de bens culturais;
- Recomendação concernente à salvaguarda de conjuntos históricos ou tradicionais e seu inventário na vida contemporânea, realizada em Nairóbi – Quênia, em 1976;
- Colóquio sobre revitalização de centros históricos e participação da comunidade, realizado em Salvador, em 1980, em que se discutem a conservação e o restauro de cidades históricas, em cooperação de diversos níveis administrativos, particularmente as comunidades locais envolvidas nesses assuntos;
- 1.º Encontro de Arquitetos sobre a Preservação de Bens Culturais – Arquivo e Memória, realizado em São Paulo, em 1981, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Uma proposta metodológica para utilizar as edificações como fonte primária

Para se materializar uma proposta que abarque tanto questões teóricas como metodológicas de construção de uma pesquisa em história com fontes não escritas, alguns passos devem ser seguidos, a fim de organizar-se e esboçar-se um esquema ideal de elaboração dos caminhos a serem trilhados, com o objetivo de otimizar a análise e o contato com os materiais selecionados para o estudo. O esboço metodológico permite focar a atenção não só nas fontes, mas também no processo de formação dos fatos históricos oriundos desse material coletado. São esses passos que configuram teoricamente o trabalho com fontes não escritas. Não se trata de mais uma proposta, mas de um estudo que visa uma amplitude da visão relacional fonte/fato histórico, em movimento.

Numa aparente contradição, ao lidar com fontes não escritas, um primeiro momento se inicia com a **revisão da literatura sobre patrimônio**. A pesquisa com fontes não escritas não pressupõe a não leitura de outras fontes, diretas ou correlatas. São abordagens complementares e não antagônicas (reconhecimento das edificações como símbolos, como expressões humanas, de um lado, e conhecimento do que já se produziu sobre o mesmo, de outro). A leitura desse material permitirá fazer um balanço analítico das obras teóricas acerca desse tipo de fonte, com enfoque na produção de textos que corroborem os estudos de fontes primárias não escritas, em nível historiográfico. Para tanto, será realizado um processo de mapeamento do material a ser lido. Esse mapeamento permite a análise preliminar da produção teórica acerca do objeto, em vários níveis da construção textual. Trata-se de um momento de apreensão ideal (no plano da ideia) do objeto, cujo esforço para a erudição torna-se inevitável, para não dizer desejável. Alguns passos podem ser seguidos, conforme orientação abaixo.

- Escolha da literatura acerca das questões patrimoniais (total ou parcialmente), em

nível de artigos, livros e teses, classificando-os a partir de seus respectivos domínios científicos: história, antropologia, arqueologia, etnologia, arquitetura, numismática, etc;

- Observação textual das fontes escolhidas (apenas patrimônios tangíveis – cultura material) pelos autores escolhidos, como base de suas teorizações, para posterior classificação das mesmas;
- Identificação do referencial teórico e filosófico dos autores, bem como de suas próprias construções temáticas;
- Levantamento de teses e dissertações de história que tenham utilizado a temática ‘patrimônio’ – ora como fonte embasadora de suas problemáticas, ora como objeto central de pesquisa;

Num segundo momento, recorre-se às **relações de temas adjacentes a patrimônio**. Considera-se, assim, que o concreto é a síntese de múltiplas determinações. Para conhecer algo é necessário saturá-lo de determinações. Buscando um exemplo na economia política, vamos nos referir a Marx que, ao explicar um determinado país pela sua economia, afirma que iniciar a explanação deste diretamente pela sua população (elemento que a economia clássica considerava como essencial e ponto de partida para os estudos econômicos) seria um equívoco; em suas palavras:

[...] Se começássemos pela população teríamos uma visão caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado passaríamos a abstrações cada vez mais delicadas até atingirmos as determinações mais simples. Partindo daqui, seria necessário caminhar em sentido contrário até chegar finalmente de novo à população, que não seria, desta vez, a representação caótica de um todo, mas uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas (MARX, 1982).

Para esse teórico, entender a economia de uma sociedade apenas pela sua população (pelo o que ela produz e consome) é insuficiente, uma “representação caótica”. Os conceitos cada vez mais simples, a que Marx se refere, são produtos de uma determinada sociedade em vários níveis (materiais, simbólicos, etc.) e expressam como historicamente tais relações sociais se manifestam e constituem a própria existência societal. Como resultado sócio-histórico, aquilo que uma sociedade produz é a realização desta, é a sua característica e existência em si. O sentido contrário significa a busca incessante do processo de como os legados históricos se engendraram nessa escalada não apenas cronológica, mas existencial, de convergências e divergências, entre grupos e classes. Aí, sim, pode-se falar de uma população, de uma sociedade no geral. Parte-se de suas expressões para abstrair, no plano ideal, o funcionamento de um determinado povo. Tentar compreender diretamente um povo, uma população, sem considerar as mediações – sua produção cultural e material – é movimento caótico em termos teóricos, de pouca eficácia crítica, analítica e epistemológica. Assim, uma análise que se pretenda totalizadora do conhecimento acerca do patrimônio obriga-

nos a focar a atenção também em conceitos historiográficos diversos que formam nosso objeto. Essas múltiplas determinações, que são temas adjacentes ao fenômeno em questão são: a memória coletiva, a relação presente/passado, a cultura material, a fonte historiográfica, a arqueologia histórica e a conservação. Todos esses temas, e outros que por ventura emergirem no processo de observação, serão devidamente destacados, com a finalidade de apreender a articulação de cada um com o objeto central (patrimônio). Em outras palavras, isso significa conhecer como cada temática adjacente está relacionada com o conceito de patrimônio e como este é construído por essas categorias mais simples.

Outro passo: **a crítica da literatura patrimonial**. É inconteste que a pesquisa deve ir além dos documentos escritos, no processo de mapeamento das evidências. Desde 1929, a historiografia francesa já enfatizava, por intermédio da *Escola dos Annales*, uma nova perspectiva de busca de novas fontes para o conhecimento histórico, considerando fonte histórica tudo aquilo que a ação humana projetou a partir das relações sociais. No entanto, ainda hoje a fonte escrita domina o campo das construções passadas, mesmo quando as fontes não escritas são abundantes, bem aceitas academicamente e acessíveis aos pesquisadores, principalmente no que tange à história das classes trabalhadoras. Nesse sentido, no processo de leitura da produção acadêmica, outro aspecto da análise textual encontrar-se-á na busca de pesquisas que tenham priorizado o patrimônio das camadas populares como fonte e evidência históricas – habitações, sedes sindicais, clubes, vilas operárias, associações diversas, etc. As possíveis lacunas acerca desse tipo de patrimônio serão preenchidas com pesquisas que priorizem esse tipo de cultura material. No entanto, uma proposta teórica, como forma de incentivar a produção desse tipo de abordagem, torna-se elemento capacitador da construção de histórias de agentes históricos conhecidos como trabalhadores, operários, proletários, etc. Em suma, o patrimônio relativo a esses agentes pode ser resgatado a partir de um processo de escolha em que se leve em conta não só as evidências materiais, bem como a disposição ideopolítica do pesquisador. Este item metodológico, fundamentalmente, diz respeito ao processo de seleção (ou não, se não houver material disponível acerca do patrimônio que represente a produção dos agentes em questão – trabalhadores) e base para a construção de proposições historiográficas.

Finalmente, chegamos à **construção da leitura patrimonial**. Ainda que o patrimônio possa conter elementos simbólicos da linguagem escrita, este pode ser também lido à luz da estética, da arte, da manifestação social nele expressa e contida (técnicas de construção, de materiais, etc.).

Dessa forma, conjugando, por exemplo, o patrimônio das classes trabalhadoras às temáticas adjacentes (memória social, presente/passado, arqueologia histórica), pode-se utilizar desse tipo de fonte inúmeras informações que nem sempre o documento escrito desvenda ao pesquisador. Um antigo leprosário⁶ pode, por intermédio de suas técnicas de construção, nos indicar o espaço social – determinado pelos agentes estatais

6 Como é o caso de Curupaiti, localizado no bairro de Jacarepaguá, Rio de Janeiro (RJ), onde atualmente funciona a Secretaria Estadual de Saúde.

de uma determinada época histórica – que estaria destinado aos doentes de hanseníase, incluindo nessa edificação itens sobre como ocupar o tempo, quais práticas sócio-culturais deveriam ser empregadas, quais atividades laborais poderiam ser realizadas, etc. Enfim, há um conjunto de leituras possíveis, principalmente quando se leva em consideração a forma como as classes consideradas subalternas eram administradas por um determinado Estado em um determinado período.

Após considerações acerca do patrimônio – aquele representado por edificações urbanas – como uma rica possibilidade de compreender relações sociais, modos de ser, pensar e viver em determinadas comunidades, verifica-se que o mesmo, para o historiador, possibilita preencher lacunas e rupturas com o passado. As cidades hoje, como grande depositário de edificações de todos os tipos, podem ser vistas como expressões de contradições, gestadas pelo ritmo da industrialização, do mundo do trabalho, que levam a alteridades na forma de organização do espaço, nos vários níveis: culturais, políticos, sociais, não numa escala de prioridade, mas numa relação em que não há a separação dessas instâncias, pois elas se completam constantemente. As produções humanas são produtos dos seres humanos, refletem, não mecanicamente, sua forma de vida, de organização. Os seres humanos não são, neste momento, culturais para, em outro momento, se tornarem políticos ou econômicos; são movimentos articulados e constantes. Fazemos as divisões em várias instâncias por uma questão didática para apresentação. O patrimônio, como produto humano, não é determinado por um único componente da organização humana, é resultado dessa vasta articulação. É por essa razão que consideramos que o patrimônio pode, ao servir de fonte para a pesquisa histórica, ajudar o cientista social a superar entendimento dos pressupostos ideológicos (que ora escamoteiam interesses econômicos, ora priorizam apenas alguns elementos culturais) da mera conservação para fins de legitimação do Estado-nação (numa fina aparência de um cuidado científico elaborado como interesse geral do povo, traduzidas em leis e portarias), procedendo-se à crítica, isto se analisado pelo seu caráter de expressão de contradições imanentes das formações históricas.

No entanto, para se chegar a tais resultados, alguns passos metodológicos são necessários, como já apontamos, que se obtêm de uma construção teórica a partir de uma práxis que o ofício de historiador permite realizar, em articulação permanente com outras ciências. Para tanto, partimos de uma revisão da literatura sobre patrimônio, o que permite conhecer e apreender as relações de temas adjacentes a este tema. Com o objetivo de se construir uma crítica da literatura patrimonial (no sentido do aprimoramento teórico), pois, sem estes passos básicos, torna-se mais difícil otimizar uma construção de tal leitura patrimonial enquanto chave heurística a se alcançar em pesquisa social, que significa, *stricto sensu*, uma elaboração teórico-metodológica – sempre limitada em seus alcances, uma vez que o real é sempre mais dinâmico que o pensamento, que é, por maior que sejam os esforços de elaboração, parcial. Mas a teoria ainda continua sendo um grande guia, não uma fórmula mágica e epistemológica para todas as ocasiões de pesquisa, pois a ideia não é trazer para o pensamento científico o

“como se conhece” simplesmente, mas o “como se conhecem as edificações como fontes primárias para a pesquisa em história”. Não há separação entre a teoria e o trabalho de pesquisa.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BRESCIANI, Maria Stella. *Cidade e história*. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, pp. 16-35.

CHAGAS, Mário. *O pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual*. In ABREU, Regina et CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, pp. 95-108.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 7.^a ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte*. 6.^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1988.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2009.

HARVEY, David. *O “novo imperialismo”: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento*. *Lutas Sociais*. Dossiê: *trabalhadore(a)s em luta*, São Paulo, n. 13/14, p. 9-21, 2005.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

LACARRIEU, Mónica. *Ciudades latinoamericanas. Desafíos y limitaciones de los procesos de recualificación cultural: globales/transnacionales, regionales, nacionales y/o locales?*. *Revista Praiavermelha: estudos de política e teoria social*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 135-155, 2010.

LE GOFF, Jacques. *Memoria*. Turim (IT): Einaudi, 1982.

_____. *Por amor às cidades*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

OLIVEN, Ruben George. *Patrimônio intangível: considerações iniciais*. In ABREU, Regina et CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, pp. 77-80.

PELLEGRINI F.º, Américo. *Ecologia, cultura e turismo*. 3a. ed. Campinas: Papirus, 1999.

SANT'ANNA, Márcia. *A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização*. In ABREU, Regina et CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, pp.46-55.